



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 08 / 11 / 1996
C	OF
	Rubrica

414

Processo : 11074.000047/92-81

Sessão : 23 de abril de 1996

Acórdão : 202-08.393

Recurso : 92.693

Recorrente : OTTONI PIFFERO MONTEIRO

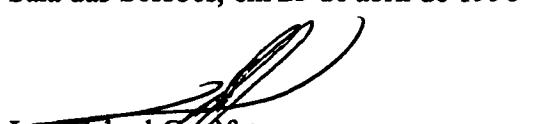
Recorrida : DRF em Uruguaiana - RS

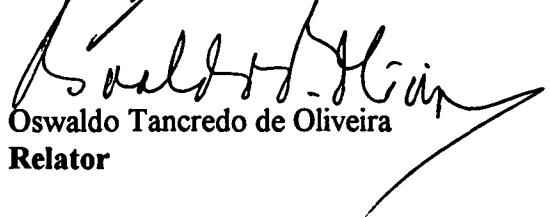
DCTF - Falta de apresentação. Atividade equiparável à de pessoa jurídica (benficiamento de arroz), sujeita à apresentação da DCTF. Recurso a que se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
OTTONI PIFFERO MONTEIRO.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente o Conselheiro Antonio Carlos Bueno Ribeiro.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1996


José Cabral Górefano
Vice-Presidente no exercício da Presidência


Oswaldo Tancredo de Oliveira
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Daniel Corrêa Homem de Carvalho, José de Almeida Coelho, Tarásio Campelo Borges e Antonio Sinhiti Myasava.

fclb/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

415

Processo : 11074.000047/92-81
Acórdão : 202-08.393

Recurso : 92.693
Recorrente : OTTONI PIFFERO MONTEIRO

RELATÓRIO

Ao ensejo da primitiva apreciação do presente recurso, foram os fatos descritos conforme consta de nosso Relatório, que transcrevemos e lemos, para memória do Colegiado:

“Trata-se de auto de infração instaurado contra a firma acima identificada, por falta de apresentação da Declaração de Contribuições de Tributos Federais - DCTF.

O presente tem origem em fiscalização relativa ao Imposto de Renda, de que decorreu a instauração de vários autos de infração, com base no fato de ter sido considerado que a atividade exercida pela fiscalizada - beneficiamento de arroz - foge inteiramente ao conceito de atividade rural, contido no art. 38, incisos, do Regulamento do Imposto de Renda, não se lhe aplicando o tratamento tributário benéfico ali estabelecido.

Pelo mesmo fato - e por considerar, em consequência, que o autuado “exerce atividade de venda de bens com o fim especulativo de lucro” -, considerada contribuinte daquele imposto, foi instaurado o presente, por falar da apresentação da DCTF.

A autoridade de 1º instância, em todos os casos, analisando a questão, julgou procedente a ação fiscal e o presente recurso, relativo à falta de apresentação da DCTF, gira em torno do mesmo fato e no qual a recorrente protesta por não ter a autoridade julgadora examinado o mérito da questão, limitando-se a vincular o presente ao que foi decidido no chamado “processo-matriz”.

Nos demais casos, também houve recurso para o Primeiro Conselho de Contribuintes, sem que se tenha notícia do que lá foi decidido.”

Então foi aprovado nosso pedido de diligência, nos termos do Voto de fls. 71, a seguir também transcrito e lido:

“Conforme relatado, diz respeito a questão exclusivamente à equiparação da pessoa física à pessoa jurídica, para efeitos fiscais, matéria de que cuida em detalhes a legislação do Imposto de Renda.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 11074.000047/92-81

Acórdão : 202-08.393

416

Por essas razões - aí sim - penso que os autos mais seriam enriquecidos, para efeitos de robustecer os elementos de convicção, se aos mesmos fosse anexada a decisão final, relativa ao Imposto de Renda, mediante anexação de cópia do acórdão correspondente, tão logo disponível.

Assim sendo, voto, em preliminar ao mérito, no sentido de converter o presente julgamento em diligência, junto à repartição de origem, para que haja por bem adotar a providência acima requerida.”

Cumprida a diligência, voltam os autos a esta Câmara, com anexação de cópia do acórdão que contém a decisão solicitada, a qual, por unanimidade de votos considerou a atividade do recorrente como equiparável a pessoa jurídica, conforme texto do referido acórdão, anexo aos autos e que leio, para esclarecimento do Colegiado.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

417

Processo : 11074.000047/92-81

Acórdão : 202-08.393

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR OSWALDO TANCREDO DE OLIVEIRA

Tendo em vista os esclarecimentos prestados e considerando que foi esclarecido ser o recorrente a pessoa jurídica sujeita, portanto, à apresentação da DCTF, voto pelo não provimento do recurso, em face da falta de apresentação do dito documento.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1996

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Oswaldo Tancredo de Oliveira".

OSWALDO TANCREDO DE OLIVEIRA